



O TRABALHO COM A ESCRITA E REESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS – O QUE APONTAM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS

DEISE ANNE TERRA MELGAR

RESUMO

A compreensão e produção textos escritos é essencial para estabelecer um processo educativo estruturado, consciente e contextualizado no dia a dia dos alunos. A aprendizagem é percebida como resultado da prática efetiva, significativa e contextualizada, pois todas as atividades humanas estão vinculadas ao uso da linguagem, e o ensino mediado pelos gêneros coloca o aluno em contato com exemplos reais de uso da língua. A variedade de gêneros é ilimitada e reflete a criatividade de cada grupo social, sendo a escola incentivada a aproveitar esses gêneros para um ensino/aprendizagem significativo. A verificação de documentos oficiais que normatizam a educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é necessária para orientar o trabalho com gêneros e produção escrita. Os PCN, embora sem força de lei, foram pioneiros nessa orientação, enquanto a BNCC, de aplicação nacional obrigatória, define as aprendizagens na Educação Básica. As divergências entre os PCN e a BNCC vão além do conteúdo e podem ser atribuídas à diferença temporal de formulação. Tendo em vista que tanto a BNCC quanto os PCN são direcionamentos nacionais para a prática docente, é essencial adaptá-los à situação real dos alunos. O currículo deve ser visto como uma base estrutural na educação, sujeita a uso constante e discussão na comunidade educacional. Portanto, apesar das diferenças, ambos os documentos são de extrema importância para a comunidade educacional, que pode e deve utilizá-los como base para orientar o trabalho instrucional, analisando e escolhendo elementos dos PCN e da BNCC para o planejamento do ensino.

Palavras-chave: Séries iniciais; escrita; gêneros textuais; documentos norteadores; ensino.

1 INTRODUÇÃO

Compreender e combinar as letras para formar sílabas não garante que um estudante compreenda e crie textos escritos. Para alcançar esse objetivo, é essencial seguir um processo educativo estruturado e consciente. O ensino e a produção de textos não devem ocorrer de maneira descontextualizada, ignorando a realidade diária dos alunos. Portanto, é crucial centralizar as ações pedagógicas na prática dos estudantes, capacitando-os a interagir com o mundo e desenvolver habilidades linguísticas diversas que lhes permitam assimilar regras gramaticais.

De acordo com Geraldi (1999), nos últimos vinte anos, o aprofundamento dos estudos linguísticos e literários tem esclarecido que a literatura lida fundamentalmente com a palavra, implicando que estudar literatura é também estudar língua, e vice-versa. Isso sugere que a prática efetiva, significativa e contextualizada é fundamental para o domínio de um idioma.

Bakhtin (2006) destaca que todas as atividades humanas estão ligadas ao uso da linguagem, manifestando-se em enunciados específicos (orais e/ou escritos) provenientes de diversas esferas da atividade humana. Dessa forma, partir da realidade do aluno e usar sua

experiência como ponto de partida conferirá maior relevância às atividades educacionais, tornando a aprendizagem mais significativa.

O ensino mediado por gêneros textuais coloca o aluno em contato com exemplos reais de uso da língua. Bakhtin (2000) define gênero como qualquer enunciado considerado isoladamente, individualizado e claro. Machado (2004) enfatiza que os gêneros textuais são fundamentais para a socialização e a participação efetiva na comunicação humana.

Bakhtin (2006) observa que a variedade de gêneros textuais é ilimitada, resultado da criatividade de cada grupo social, e a escola deve explorar essa riqueza para garantir um ensino/aprendizagem significativo, baseado nas situações reais de uso da língua pelos alunos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar esse propósito, é crucial examinar as orientações de documentos oficiais sobre educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que normatizam o trabalho com gêneros e produção escrita na Educação Básica.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) em 1997 e 1998 para as séries de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª, compõem a grade curricular de instituições educativas com o objetivo de garantir o acesso de crianças e jovens brasileiros a conhecimentos essenciais para o exercício da cidadania, independentemente de suas condições socioeconômicas. No entanto, o PCN de Língua Portuguesa, para as séries iniciais, enfoca predominantemente o encadeamento de conteúdos, com ênfase na leitura/decodificação em detrimento da interpretação.

Segundo os PCN, atividades epilinguísticas envolvem reflexão sobre o uso da língua no próprio contexto da atividade linguística, enquanto atividades metalinguísticas estão relacionadas à análise descritiva dos elementos linguísticos. Destaca-se a necessidade de partir de situações reais de uso, priorizando atividades epilinguísticas para desenvolver a consciência da produção escrita do aluno.

Os PCN enfatizam a importância de desenvolver a capacidade dos cidadãos de compreender e produzir textos em situações sociais, promovendo a utilização de diferentes formas de linguagem. O objetivo da produção de texto é formar escritores competentes, capazes de escolher gêneros apropriados, planejar discursos e revisar seus textos.

O documento destaca a necessidade de o professor mediar atividades epilinguísticas, promovendo a ação criativa na linguagem e permitindo que os alunos desenvolvam sua própria forma de escrita. O escritor competente é definido como aquele que revisa seu próprio texto, considerando clareza, ambiguidade e outros aspectos, e é também um leitor competente que recorre a outros textos para sua produção.

Aponta-se que o conhecimento sobre o sistema de escrita e a função da linguagem é crucial para a alfabetização. Destaca-se a importância de ensinar a escrever em condições semelhantes às de uso real, questionando como escrever, considerando o que se quer dizer e a finalidade do texto. A escola desempenha um papel fundamental ao guiar os alunos nesse processo desde a alfabetização.

Em 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento obrigatório que estabelece um conjunto progressivo de aprendizagens para a Educação Básica. Em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a BNCC mantém a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, mas apresenta mudanças notáveis.

A BNCC, como lei, determina o que cada escola deve ensinar, organizando os conteúdos por unidades temáticas/objetos de conhecimento para desenvolver competências e habilidades específicas a cada ano escolar. Ao contrário dos PCN, que organizam os conteúdos em blocos

para ciclos de aprendizagem, a BNCC destaca a progressão anual.

No contexto da escrita, a BNCC introduz determinantes sociais, como campo, gênero, situação comunicativa, interlocutor e variação linguística, durante a produção de texto. Em contraste com os PCN, que priorizam a comunicação em situações reais de uso, a BNCC explicita questões gramaticais em cada ciclo do ensino primário, recomendando uma análise integrada à prática social.

A BNCC propõe quatro grandes eixos para a Língua Portuguesa: leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica), oralidade e análise linguística/semiótica. A atenção nesta pesquisa está voltada para os eixos da produção de textos e da análise linguística.

O eixo da Produção de Textos abrange práticas relacionadas à interação e autoria com textos escritos, orais e multissemióticos, com diferentes propósitos e itens de pronúncia. Já o eixo da Análise Linguística/Semiótica inclui procedimentos envolvendo análise consciente no processo de leitura e produção de textos, abrangendo elementos como coesão, coerência, estilo, estilística, diversidade lexical e variedade linguística.

A BNCC delinea objetivos e habilidades específicas para as práticas envolvendo leitura, análise e produção de textos, destacando a importância de uma abordagem integrada e contextualizada na aprendizagem da língua portuguesa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se que, com a evolução dos documentos norteadores da educação brasileira, que algumas importantes modificações ocorreram. É possível observar, no quadro abaixo, algumas mudanças ocorridas no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa, desde a implementação dos PCN até a publicação da BNCC.

Comparativo PCN e BNCC

	PCN	BNCC
ESCRITA	A escrita tem sido abordada em sua dimensão discursiva, ou seja, como produto da interação social, mas a produção de texto é um conteúdo inerentemente processual e que requer um método adequado de ensino.	São incluídos objetivamente uma série de determinantes sociais da escrita no momento da produção do texto: o próprio campo, gênero, situação comunicativa, interlocutor, variação linguística etc. As habilidades de produção são combinadas com outras práticas linguísticas, especialmente leitura e análise linguística/semiótica. São incluídas também as peculiaridades da leitura e escrita em ambiente digital para o processo de ensino de Língua Portuguesa
LEITURA	Há sugestões para que o texto fosse considerado no contexto, contudo os gêneros textuais são baseados principalmente na linguagem escrita e no suporte analógico, como cartazes, jornais, livros, etc.	É dada especial atenção ao problema da escuta ativa como ato necessário de interpretação de textos orais, especialmente nas fases iniciais do ensino fundamental. As habilidades de leitura estão constantemente integradas ao campo de atividade, pois a linguagem é sempre o estudo de seu uso social. O ambiente de produção ainda é a base do trabalho de leitura. O eixo da leitura também utilizar-se-á da cultura digital com textos multimodais, nos quais interagem obras escritas e audiovisuais.

GRAMÁTICA, ANÁLISE LINGÜÍSTICA E SEMIÓTICA	Do ponto de vista das considerações de linguagem em cenários de uso, PCN minimiza as questões gramaticais que não são abordadas objetivamente.	As questões gramaticais em cada ciclo do ensino primário são mais explícitas. A BNCC recomenda que a linguagem seja analisada de forma compatível com a prática social. Saber usar regras em vez de memorizar regras deve ser feito caso a caso. A análise da linguagem em sala de aula deve abranger textos multimodais e multissemióticos.
--	--	--

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Uma possível razão para as discrepâncias entre os documentos, além do próprio conteúdo, reside na diferença de suas datas de formulação: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram divulgados em 1998, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento mais recente, datado de 2017. Este último procura atender às demandas de conhecimento de uma sociedade em constante evolução, visando capacitar cada cidadão para participar das decisões e renovações dessa mesma sociedade.

4 CONCLUSÃO

A legislação que estabelece normas para a educação deve acompanhar essas mudanças e buscar atender à necessidade de conhecimento, de modo que as pessoas possam se envolver ativamente nas decisões e transformações sociais. Não há dúvida de que as disparidades entre os documentos analisados são notáveis. Portanto, cabe aos profissionais da educação avaliar e escolher a direção a seguir, levando em conta o contexto e o ambiente escolar, de maneira a proporcionar aprendizado e colaboração significativos para a formação de cidadãos que impactem positivamente a comunidade em que vivem.

Dado que tanto a BNCC quanto os PCN são documentos de orientação para a prática docente em nível nacional, é imperativo adaptá-los à realidade dos alunos. O currículo, portanto, deve ser considerado como uma base estrutural para a educação, sendo constantemente utilizado e discutido na comunidade educativa. Assim, apesar das divergências entre os dois documentos, ambos desempenham um papel crucial na comunidade educacional, que pode e deve usar esses documentos como referência para orientar o trabalho instrucional, analisando e selecionando elementos dos PCN e da BNCC que contribuam para o planejamento do ensino. Do todo depreende-se, portanto, a necessidade de constante estudo e evolução no que diz respeito ao trabalho com a escrita e a reescrita, acompanhando as mudanças da sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 261-306. Disponível em: https://dialogo.fflch.usp.br/sites/dialogo.fflch.usp.br/files/upload/paginas/BAKHTIN%2C%20M.%20GE%CC%82NEROS%20DO%20DISCURSO%201-%20co%CC%81pia_0.pdf. Acesso em jun. 22.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em fev. 22.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa, 1ª a 4ª série. Brasília, MEC/SEF, 1997.

GERALDI, J. W. et al. (orgs.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo Ática, 1999.

MACHADO. Para (re-)pensar o ensino de gêneros. Calidoscópio, São Leopoldo, v.2, nº1, p.17-28, 2004. In.: GONÇALVES, A. V. **Gêneros textuais e reescrita**: uma proposta de intervenção interativa. 2007. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103610>>. Acesso em jun. 22.